DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II, da Lei 14.133/2021

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui o objeto do presente Termo de Referência a aquisição de 01 (um) Resfriador de Leite, destinado ao armazenamento, conservação e resfriamento de leite in natura, para atender as necessidades do município de Passagem – PB, conforme condições e exigênciasestabelecidas neste instrumento:

2. DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

ITEM	DESCRIÇÃO MINIMA DO ITEM	UND	QUANT.	MARCA/ MODELO	P. UNITÁRIO R$	P.TOTAL R$
01	O equipamento deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características: • Tanque resfriador de leite para armazenamento e conservação de leite in natura; • Capacidade: **3000L** • Construção em **aço inoxidável**, interna e externamente; • Formato **horizontal**; • Sistema de refrigeração por **expansão direta**; • Fundo com sistema de expansão direta, proporcionando bom rendimento frigorífico; • Isolamento térmico em espuma expandida de alta densidade; • Unidade condensadora hermética; • Unidade condensadora; • Sistema de agitação por **motorredutor**, destinado à homogeneização do leite e à melhoria da troca de calor; • Baixa rotação do sistema de agitação, visando preservar as características físico-químicas do leite; • Painel de controle eletrônico de temperatura; • Visor/display digital de temperatura;	UND	01			

	• Controle dos ciclos de agitação; • Programador de limpeza automatizado, **quando incluso/opcional**, com funções de dosagem de água, dosagem de produtos de limpeza e drenagem.					

2.2 Os serviços aqui elencados são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal.

3 – Das Obrigações da Contratada

1. A contratada terá de entregar o objeto constante nesse termo em até 05 (cinco) dias úteis, após receber a solicitação dos serviços junto a Prefeitura de Passagem - PB. **A entrega será por conta da contratada.** O equipamento deverá ser entregue em perfeito estado de conservação, devidamente embalado e protegido contra danos decorrentes do transporte, acompanhado de nota fiscal, manual de operação e demais documentos pertinentes.

2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.

3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os serviços se referem.

5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

6. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos;

7. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.

8. A contratada deverá realizar a entrega, montagem, instalação, testes de funcionamento e colocação do equipamento em plena operação, sem qualquer ônus adicional para a Administração, observadas as condições elétricas e estruturais do local de instalação.

9. Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do equipamento, abrangendo peças, componentes e mão de obra necessários à correção de eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento, sem prejuízo das garantias legais.

10. A contratada deverá disponibilizar assistência técnica durante o período de garantia, responsabilizando-se pela manutenção corretiva necessária ao perfeito funcionamento do equipamento, incluindo mão de obra e peças, quando decorrentes de defeitos de fabricação.

4 – Das obrigações da Contratante

1) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 30 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado em até 30 dias pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias.

O prazo de vigência para a execução dos serviços será de até 31 de dezembro de 2026, a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora
O critério para decisão da proposta vencedora será o de ***menor preço no item.***

8 – Reajustes dos preços
O preço proposto será fixo e irreajustável.

9 – Fiscalização do Contrato –
A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante.

10 - Da Documentação exigida:

10.1. Regularidade Jurídica:

a. Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores e último aditivo contratual.
b. Todas as alterações do contrato social.
c. Cópia do RG e CPF de todos os sócios da empresa.

10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
b. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional;
c. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
d. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante.
e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.
f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
g. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.